



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-320-0

DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan	
Vanessa Manfio	
Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues	
Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos	
Helen Soares Vitória	
Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIRROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP

Tamires Regina Rocha

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

Alan da Silva Vinhaes

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

RESUMO: O desenvolvimento da pluriatividade e da obtenção de rendas não agrícolas pelas famílias rurais tem se constituído num importante tema de discussão devido às recentes transformações verificadas no espaço rural e nas relações estabelecidas entre campo e cidade. Nesse contexto, considerando a relevância das atividades agrícolas e não-agrícolas realizadas pelos membros da família, selecionamos como recorte territorial da pesquisa os bairros rurais do Poste e Caxambú no município de Jundiaí. Constatou-se que as famílias adotaram diferentes estratégias de reprodução social e econômicas, não apenas focadas em atividades agrícolas, mas também, relacionadas à atividades de lazer e de agroindustrialização (sobretudo com a produção

de vinho) como uma forma de aquisição de renda complementar. A busca de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural dessas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Pluriatividade; atividades não-agrícolas; reprodução social.

ABSTRACT: The development of pluriactivity and the achievement of non-agricultural incomes by rural families has become an important topic of discussion due to the recent transformations in rural areas and the relationships established between the countryside and the city. In this context, considering the relevance of the agricultural and non-agricultural activities carried out by family members, we selected the rural districts of Poste and Caxambú in the municipality of Jundiaí. It was verified that the families adopted different strategies of social and economic reproduction, not only focused on agricultural activities, but also, related to leisure activities and agro-industrialization (mainly with the production of wine) as a form of acquisition of complementary income. The search for income outside agriculture and the combination of different types of income and activities (agricultural and non-agricultural) reinforce the multiple and plural character of these families.

KEYWORDS: Pluriativity; Non-agricultural

activities; Social reproduction.

1 | INTRODUÇÃO

A compreensão das transformações no meio rural brasileiro no período contemporâneo deve ter como parâmetro a inserção de novas estratégias de reprodução social, como a pluriatividade e as atividades e fontes de renda não-agrícolas obtidas pelas famílias rurais.

Nesse intuito, o trabalho tem como objetivo principal analisar o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas nos Bairros Rurais do Poste e Caxambu, localizados no Município de Jundiaí. Isso porque, a família rural passa a adotar diferentes estratégias de reprodução social e econômica que excedem as atividades agrícolas, devido os rendimentos obtidos com a agricultura serem insuficientes para prover suas necessidades, sendo assim, as famílias rurais passam a buscar atividades e rendas não-agrícolas ligadas especialmente ao trabalho externo da propriedade rural, tais como - na indústria, no comércio, nos serviços públicos e na prestação de serviços.

O município de Jundiaí possui localização privilegiada, estando situada entre as regiões de Campinas e São Paulo, além de ser cortada por duas vias de acesso consideradas as mais importantes do país (Rodovia Anhanguera e Bandeirantes). Sua economia está estruturada nos setores industrial, de comércio e serviços e agropecuários. Em 2013, segundo o IBGE, o município possuía o 5º maior PIB industrial e o 7º PIB em prestação de serviços e comércio do estado de São Paulo. Apesar dessa importância do setor industrial e de comércio e serviços, a agricultura e o espaço rural tiveram e ainda tem importância fundamental no processo de formação e consolidação do município, sendo conhecido nacionalmente como a capital da uva e do morango.

O período contemporâneo é caracterizado pelo desenvolvimento técnico-científico e informacional, no qual articula-se e torna-se mais complexa as relações entre o campo e a cidade. Os espaços rural e urbano buscam se adaptar frente às mudanças impostas pelas estruturas econômicas. Essas alterações possibilitaram o desenvolvimento das atividades e a obtenção de rendas não agrícolas no meio rural.

Além desta introdução, das considerações finais e das referências, o texto encontra-se estruturado em mais duas sessões. Na próxima seção, há uma abordagem teórica da pluriatividade e das atividades e rendas não-agrícolas no meio rural; e na última sessão, se aborda as dinâmicas e as atividades desenvolvidas pelas famílias nas propriedades rurais nos bairros rurais do Poste e Caxambú, caracterizando as famílias como pluriativas ou não.

2 | AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL: ÊNFASE A PLURITIVIDADE

O espaço rural é heterogêneo e a pluriatividade aparece como um dos elementos importantes para o entendimento das transformações verificadas no espaço rural e nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade. Nessa heterogeneidade se faz necessário compreender as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos produtores para permanecerem no campo. A busca da obtenção de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural das famílias rurais.

Segundo Schneider, a pluriatividade pode ser definida como:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] (SCHNEIDER, 2003, p.91).

A pesquisa *Arkleton Research Project*, iniciada em 1982 e consolidada em 1986, foi o marco conceitual dos estudos referentes à pluriatividade nos países europeus. Tal pesquisa defendia a ideia de que a pluriatividade permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais, quais sejam: a agricultura em tempo parcial (*part time farmings*) e a diversificação econômica e produtiva. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 85).

Segundo Cunha (1998):

[...] o conceito de trabalho agrícola *part time* (*part time farming*) refere-se ao regime de dedicação, despendido para a atividade agrícola, pelo principal operador da propriedade. A principal diferença entre o conceito anterior com o conceito de pluriatividade, é que este, toma a família como unidade de análise, incorporando ao foco das atenções, atividades não-agrícolas dos membros da família que tem significância na geração de renda (CUNHA, 1998, p. 385).

Deste modo, o que vai caracterizar a família como sendo pluriativa ou não, são: as atividades para-agrícolas (processamento de alimentos, agregação de valor, produção de vinho etc.); as atividades desenvolvidas na própria unidade sem vínculos agrícolas (chácaras de lazer, pesque-pague, artesanato etc.); e, os trabalhos externos (empregos em diversos setores da economia, como indústria, comércio, prestação de serviço etc.).

Para Cunha (1998, p.286), a mudança de foco do operador para a família, e do agrícola para o rural, constitui, portanto, a principal diferença entre as análises de *part-time farming* e a pluriatividade rural.

A partir da década de 1990, em pleno período de expansão da globalização da economia e da política neoliberal, em que ocorreu a diminuição da atuação do

Estado na economia, em especial no setor agrícola, o desenvolvimento agrário no Brasil ganha outras características do ponto de vista social e produtivo, surgindo então o “novo rural brasileiro”, em meio à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro (GRAZIANO da SILVA, 1996).

Portanto, apenas na década de 1990 que os estudos sobre a pluriatividade no Brasil se aprofundaram, baseando-se em múltiplas formas de trabalho realizadas pela família rural, sobretudo através da combinação de atividades agrícolas com empregos fora da propriedade rural.

Para Graziano da Silva e Del Grossi (1999), na década de 1990 houve uma acentuada queda na participação das rendas agrícolas e, conseqüentemente, um crescimento das rendas não-agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, ou seja, os agricultores familiares. A Figura 1 indica a redução das rendas agrícolas e a maior evolução e importância das rendas voltadas as atividades não-agrícolas.

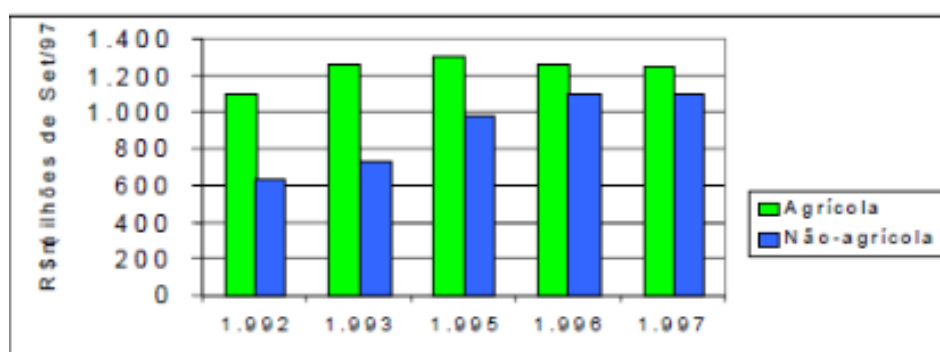


Figura 1. Evolução da renda total das pessoas residentes na zona rural, segundo o setor de ocupação, Brasil, 1992-1997

Fonte: Projeto Rurbano (apud Graziano da Silva e Del Grossi, 1999), Deflator INPC.

Para Souza (2003), o que realmente está ocorrendo é a diminuição dos empregos no setor agrícola e o crescimento dos empregos assalariados não-agrícolas. Isso, no entanto, não quer dizer que o crescimento de membros da família rural ocupados em algum tipo de serviço ou emprego assalariado fora da agricultura significa que sejam famílias pluriativas. Assim, deve-se separar a pluriatividade entendida como estratégia de reprodução social e o crescimento de atividades não-agrícolas.

De acordo com Schneider (2005), alguns fatores são fundamentais para o surgimento das novas formas de emprego e geração de renda para os agricultores, que proporcionam mudanças nas formas de ocupação no meio rural e no crescimento da pluriatividade. Entre os fatores estão:

a própria modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização agrícola; a queda das rendas agrícolas; as políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações; as mudanças nos mercados de trabalho e o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural” (SCHNEIDER, 2005, p. 3).

A pluriatividade constitui-se num fenômeno em que, os rendimentos são obtidos por meio do desenvolvimento de diferentes atividades, tanto no “interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90).

Apesar dos inúmeros fatores que levam à prática da pluriatividade e das atividades não agrícolas, eles tendem a um único objetivo, qual seja a busca de estratégias de reprodução social para garantir a permanência no campo. É pertinente a concepção de pluriatividade que Schneider (2005, p.6) utiliza, caracterizando-a como a “combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”. Tais inserções podem ser desde atividades agrícolas exercidas tanto dentro como fora da unidade familiar, até as atividades não-agrícolas praticadas no interior ou não da propriedade rural.

Portanto, a pluriatividade pode ser entendida como uma forma de estratégia que foi resultado de escolhas e decisões realizadas pelos indivíduos de uma família perante as pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente em regime familiar, sofre diante da realidade a que foi imposta pelo mercado econômico existente.

Na Tabela 1 são apresentadas as principais atividades não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no estado de São Paulo no ano de 2000.

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços Domésticos	15,7	15,7
Pedreiros	6,5	22,1
Vendedores	4,3	26,4
Transporte de Mercadorias	3,5	29,9
Gerentes de Produção e Operação	3,2	33,1
Outros trabalhadores elementares na indústria	2,8	35,9
Ajudante de Pedreiro	2,8	38,8
Serviços de manutenção em edifícios e logradouros	2,8	41,5
Costureiros	2,3	43,8
Ocupação mal especificada	2,1	45,9
Vendedor ambulante	2,1	47,9
Carregador	1,9	49,9
Outros serviços	1,9	51,8
Garçons	1,6	53,4
Outras ocupações	46,6	100,0

Tabela 1. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Estado de São Paulo em 2000. Total do estado (n = 705.264)

Fonte: Censo Demográfico 2000. Org. Tamires Regina Rocha, 2018.

Através da análise da Tabela 1 se constata que a ocupação não-agrícola mais importante é do emprego doméstico, totalizando uma porcentagem de 15,7% do total de pessoas. Em segundo lugar aparece a de pedreiro, com 6,5% de ocupações, ou seja, duas ocupações que exigem baixa qualificação e são mal remuneradas que constituem a principal fonte monetária de trabalho não agrícola no meio rural na década de 2000.

Outras ocupações mais frequentes, porém, com pequena representatividade, são: vendedores, pessoas que trabalham no transporte de mercadorias, trabalhadores elementares da indústria (pressupõe-se que sejam de baixa qualificação), ajudante de pedreiro, garçons e outras ocupações não especificadas. As ocupações de melhor nível, que aparecem geralmente com menor frequência que as anteriores, são as de gerente e costureiro (operadores de máquina de costura de roupas, geralmente vinculado à indústria têxtil).

Além dos aspectos já citados, ou seja, as diferentes combinações de rendas e atividades agrícolas e não agrícolas que proporcionam uma alternativa de renda para o produtor rural, outro elemento importante é o papel das agroindústrias familiares na pluriatividade, que auxilia no desenvolvimento rural e no fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com Mior (2005):

[...] a agroindústria rural familiar é onde a família rural irá produzir, processar e transformar parte da sua produção, seja ela oriunda da produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca. Esta industrialização dos produtos obtidos na propriedade não é uma novidade para o agricultor, pois faz parte da sua cultura e da sua história. E ainda de acordo com o autor, as agroindústrias podem ser criadas para atender partes do mercado que a indústria não cobriu ou criar novos mercados (MIOR, 2005, p.8).

Nesse sentido que podemos destacar o município de Jundiaí e os Bairros Rurais do Poste e Caxambú, pois, de acordo com Verdi (2010), essa localidade se destaca pela sua extensa concentração vitivinícola e pela presença de pequenos e grandes produtores de vinho. O autor ainda ressalta que o vinicultor de Jundiaí tem a peculiaridade de utilizar basicamente como matéria prima, a uva cultivada na propriedade, elaborar e comercializar o vinho nas próprias dependências do imóvel rural. Além dessas características, as atividades vitivinícolas e os serviços relacionados à comercialização são desenvolvidos pelos membros da própria família, portanto, trata-se de agroindústria familiar, na qual, o produto resultante dessa categoria de produtores vitivinícolas é comumente denominado de vinho artesanal.

Sendo assim, a agroindústria familiar promove a agregação de valor aos produtos excedentes, os quais, muitas vezes não conseguiram comercializar, através

do processamento artesanal, além do envolvimento de toda família na produção e comercialização. Portanto, essas atividades proporcionam maior envolvimento dos jovens, mulheres e idosos, criando condições para que os jovens permaneçam no campo, além de valorizar o papel da mulher.

Segundo Schneider (2005):

[...] a agroindústria se torna mais uma ferramenta para suprir algumas necessidades de determinados atores, criando alternativas de emprego e renda para os agricultores familiares, pois é caracterizada pela verticalização da produção, isto é, os próprios proprietários dos empreendimentos é quem produzem e industrializam a matéria-prima. (SCHNEIDER, 2005, p. 26)

E nesta nova realidade rural, da pluriatividade, a agroindústria familiar encontra-se como uma das estratégias mais utilizadas pelos agricultores familiares. As agroindústrias familiares não são apenas importantes para diversificar a produção e garantir uma renda monetária ao agricultor, mas também por tornar a propriedade mais eficiente em termos produtivos e econômicos.

Por fim, a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas podem representar uma importante estratégia para o processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permitem gerar formas de trabalho e renda, através da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Deste modo, na próxima seção, será analisada a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas, tendo como referência as propriedades rurais situadas nos Bairros Rurais do Poste e Caxambú no município de Jundiaí – SP.

3 | O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS, NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ

O exercício de caracterizar o perfil das famílias estudadas é de suma importância ao estudo da pluriatividade. Entende-se que a família, como uma instituição social dinâmica, seja capaz de sofrer adaptações e, simultaneamente, desenvolver estratégias individuais e também coletivas com vistas à reprodução social e econômica no campo.

Sendo assim, o trabalho empírico foi de fundamental importância para estabelecer o primeiro contato com as famílias rurais. No total foram visitadas seis (6) propriedades rurais, sendo três (3) localizadas no Bairro Rural do Caxambú, denominadas de: família 1, família 2 e família 3, e três (3) no Bairro Rural do Poste, sendo designadas de: família 4, família 5 e família 6, deste modo, foram aplicados um total de 6 questionários.

Na Tabela 2 é apresentado o tamanho médio das propriedades rurais pesquisadas nos dois bairros.

Estratos da Área (hectare)	Bairro Rural do Poste	Bairro Rural do Caxambú
De -1 - 10 hec	1	1
De 11 – 19 hec	2	2
De 12 – 20 hec	0	0

Tabela 2. Tamanho das propriedades rurais pesquisadas

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

De acordo com informações sistematizadas na Tabela 2 é possível observar que em relação aos pesquisados ocorre o predomínio de pequenas propriedades em ambos os bairros rurais. Verificou-se que nessas seis propriedades pesquisadas há o cultivo da uva para a produção do chamado vinho artesanal. Este vinho é produzido conforme as tradições das famílias de imigrantes italianos, das quais os responsáveis pelas propriedades pesquisadas são descendentes e sem a utilização de conservantes químicos. Esta produção artesanal vem sendo uma das alternativas encontradas pelos produtores para complementar a renda monetária familiar.

Com relação às pessoas que desempenham atividades não-agrícolas fora da propriedade rural ficou evidente o papel dos filhos quando estes ainda residem na propriedade rural. A exemplo, temos a família 1, no Bairro Rural do Caxambú, em que os dois filhos residem na propriedade rural, porém, durante a semana eles trabalham na indústria e nos finais de semana auxiliam os pais nas atividades relacionadas à propriedade, como por exemplo, no atendimento na adega e na agricultura, principalmente na época de colheita.

A família 2 que também possui sua propriedade no Bairro Rural do Caxambú, o filho não reside mais na propriedade rural, sendo assim, a principal atividade não agrícola realizada fora da propriedade é o trabalho de faxineira realizado por parte da esposa do responsável, durante três dias da semana.

Já a família 6, localizada no Bairro Rural do Poste, o filho realiza atividades no setor de serviços durante quatro dias da semana, e nos demais dias também auxilia nas atividades desenvolvidas na propriedade.

Nas três famílias que constam este tipo de atividade, ou seja, realizada fora da propriedade rural, a renda monetária adquirida é contabilizada no orçamento familiar mensal.

Nas demais três propriedades pesquisadas, os filhos não residem mais com os pais, e geralmente estudam fora, ou foram tentar melhores condições de vida na cidade.

É interessante ressaltar que, quando perguntamos das atividades/trabalho desempenhadas pela mulher (esposa), constatamos que nas seis (6) propriedades pesquisadas, o trabalho predominante é no interior da propriedade, sendo que as principais atividades realizadas são: trabalho doméstico; colheita; lavagem e seleção

das frutas; e, principalmente, no atendimento nas adegas, já que a maior dedicação do homem é nas atividades agrícolas, porém, este também realiza o atendimento no estabelecimento comercial (adega).

O produtor rural herdeiro da propriedade da família 1, no Bairro Rural do Caxambú, ressaltou que a produção agrícola da uva é realizada pela família a mais de 70 anos e ainda representa a maior fonte de renda familiar.

A renda monetária obtida com as atividades agrícolas é utilizada para os investimentos na propriedade, a subsistência da família e as despesas pessoais. Em relação à comercialização da fruta (uva), o principal destino é o entreposto da Ceagesp em São Paulo, sendo que há a atuação do intermediário.

Quando perguntado em relação à mão de obra utilizada na propriedade, o entrevistado ressaltou a familiar, principalmente dos filhos e de dois (2) irmãos, e de seis (6) trabalhadores mensalistas que auxiliam em todo processo produtivo, além disso destacou o papel da mulher, que auxilia desde o processo de plantio e colheita da uva até o processo de seleção e colocação nas caixas.

Entretanto, de acordo com que foi relatado pelo pesquisado, após a criação da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho - AVA, que realmente ele se propôs a intensificar a produção de uva, pois tinha o interesse de produzir o vinho artesanal com qualidade. Desta maneira, passou a contar com um químico responsável pela análise dos produtos, com os custos divididos entre os produtores, favorecendo para otimizar custos com matéria prima, transporte e divulgação de seus produtos em nível local e nas feiras livre da região. Assim, a produção agrícola e o vinho passaram a abastecer as feiras agrícolas e tradicionais festas locais, tais como a Festa da Uva e a Festa Italiana realizadas no município de Jundiá.

A família 1 exerce grande influência no direcionamento das estratégias produtivas, servindo como referência para outros produtores rurais do bairro. O herdeiro da propriedade ressaltou que a família foi uma das primeiras a assumir os riscos de aumentar sua produção de uva e investir na produção de vinho, melhorando a estrutura de sua adega, devido à necessidade econômica.

A família produz cerca de 30.000 litros de vinho anuais, e toda a renda obtida com a comercialização do produto é utilizada para subsistência da família, nas despesas pessoais e investimentos na propriedade. A produção de vinho da família ficou mundialmente conhecida após servirem a mesa de dois pontífices: Papa Bento XVI e Papa Francisco.

Além da produção de vinhos artesanais, ocorre a produção artesanal de licor, cachaça e suco de uva. Os clientes que chegam ao local ficam à vontade para degustar os vinhos e então fazer a melhor escolha. Há uma grande variedade de vinhos e o ambiente é bastante agradável. No interior da adega há enormes máquinas e tambores para o armazenamento dos vinhos e ainda oferece espaço para pequenos eventos.

Os principais consumidores do vinho artesanal são do próprio município e das cidades vizinhas. De acordo com o produtor rural, muitas pessoas se deslocam da

cidade de São Paulo para Jundiaí nos finais de semana, almoçam nos restaurantes que servem comidas típicas italianas e aproveitam para degustar o vinho artesanal.

Nas Fotos 1 e 2 é possível observar a plantação de uva da família, bem como, a estrutura interna da adega localizada na propriedade rural.



Foto 1. Vinhos para comercialização na adega da família 1 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.



Foto 2. Plantação de uva da família 1 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

Já para a família 2, também localizada no Bairro Rural do Caxambú, a renda obtida com as atividades agrícolas não é a principal no orçamento mensal. Sendo assim, a principal utilização da renda monetária obtida com esta atividade é para completar o orçamento mensal familiar.

A propriedade não possui diversidade produtiva, priorizando o cultivo da uva, de acordo com o produtor rural pesquisado, sendo que a comercialização da fruta é feita diretamente com comerciantes de barracas, situadas nas estradas de acesso ao bairro.

Enquanto a mão de obra utilizada na propriedade também é de base familiar, através do auxílio do irmão que também é produtor rural e dos sobrinhos, além de amigos próximos que residem no bairro e auxiliam, principalmente na época da colheita.

A família vem mantendo a tradição de produzir vinho desde 1931. Consideram a produção do vinho artesanal como um complemento da renda da família, equivalendo entre 10% a 15% da renda total. Sua produção de vinho também é menos expressiva, girando em torno de 2.000 a 3.000 litros de vinho por ano. A renda monetária obtida com

está atividade é utilizado em investimentos na propriedade e nas despesas pessoais.

De acordo com o pesquisado, a maior fonte de renda da família é o aluguel de um caminhão, ou seja, a atividade mais importante em termos monetários para a família provém de uma ocupação não-agrícola.

O produtor rural ressaltou que considera um risco muito grande aumentar sua produção de vinho, mas não tem em vista abandoná-la, acreditando que juntos, pequenos e médios produtores, podem fazer com que a região ganhe força para resistir às flutuações dos preços dos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, colaborar para manter o interesse dos mais novos na agricultura e morando no campo.

De acordo com entrevistado, as motivações para a família manter o cultivo da terra e participar da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA estão relacionadas com a conscientização coletiva e as formas típicas de organização das famílias rurais, em que são reafirmados os valores da família, do parentesco e de vizinhança.

Já na propriedade da família 3 no Bairro Rural do Caxambú, de acordo com as informações expostas pelo pesquisado, a produção agrícola ainda representa a maior fonte de renda da família, que é utilizada para os investimentos na propriedade e a subsistência.

A propriedade é altamente produtiva, com criação de suínos e bovinos e produção diversificada de frutas, como uva, goiaba, pêsego, banana, entre outras. O produtor diz entregar a produção no Ceasa do município de Jundiá, além de realizar a comercialização na própria adega da família, localizada na propriedade. Em relação à pecuária, o produtor diz realizar a comercialização apenas dos suínos, com pessoas que vão à propriedade e estão interessadas na sua aquisição.

Com relação à mão de obra utilizada, o produtor rural enfatizou o papel dos familiares, sendo que seus dois (2) irmãos também são produtores rurais e o auxiliam. Ele ressaltou também o apoio de vizinhos conhecidos há muito tempo que auxiliam principalmente na época de plantio e de colheita das produções, além de que contrata cerca de cinco (5) empregados temporários.

No que diz respeito à produção de vinho artesanal na propriedade, apesar dos valores brutos da comercialização do vinho serem bem superiores aos da família 2 por exemplo, a participação relativa na renda familiar é de aproximadamente 20%, devido à grande diversificação das atividades, que passa desde o cultivo até a pecuária. Além da venda do vinho artesanal, a família também realiza a produção de linguiça caseira, geleias de frutas, vinagre, entre outros produtos.

De acordo com o entrevistado, a produção desses produtos diversificados são realizados pela sua esposa, e quando possível ele auxilia nas atividades. A ideia de diversificar os produtos comercializados na adega surgiu como forma de atrair mais clientes, auxiliando na renda familiar.

O produtor entrevistado ressaltou que a família também participa da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho - AVA, a qual ele considera como uma ótima

estratégia, devido a divulgação de seus produtos em festas e feiras da região.

A propriedade também possui uma horta, na qual, os produtos cultivados variam de alface, chuchu, beterraba, almeirão, repolho, berinjela, entre outros. Essa produção da horta é realizada no sistema orgânico e tudo é comercializado com o Ceasa do município e na adega, junto com os demais produtos. A família decidiu investir na produção de produtos orgânicos, devido esta ser uma forma de evitar prejuízos, uma vez que o consumo de produtos orgânicos tem aumentado.

Nesse sentido, percebemos que o trabalho da mulher no âmbito das atividades agropecuárias é compreendido como complementar e secundário ao trabalho do homem, ou seja, podemos dizer que a força de trabalho da mulher é invisibilizada e estas não usufruem do reconhecimento social enquanto trabalhadoras, uma vez que o trabalho que realizam cotidianamente é naturalizado e não é reconhecido como essencial para a reprodução social da família. Além disso, os próprios produtores rurais ressaltam que a esposa já contribuiu de certa forma com a criação dos filhos e os afazeres da casa.

Na Foto 3 é possível observar alguns dos produtos comercializados na adega, além do próprio vinho artesanal.



Foto 3. Alguns produtos comercializados na adega da família 3 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

No Bairro Rural do Poste, é interessante ressaltar que no interior das propriedades pesquisadas, a diversificação produtiva é muito mais acentuada, sendo que, muitas vezes, fica imperceptível a quem percorre as principais vias de acesso ao bairro rural por meio da sua paisagem.

Na propriedade rural da família 4, de acordo com o produtor rural pesquisado, a diversidade de cultivos de frutas é grande, uma vez que há a produção de uva, pêssigo, limão, ameixa e poncã. Toda a renda obtida com estas atividades agrícolas é utilizada para os investimentos na propriedade e na subsistência da família.

Em relação à comercialização, o produtor diz entregar seus produtos para os comerciantes de barracas da região de Jundiá e Itupeva. Quando perguntado sobre a mão de obra utilizada na propriedade, o produtor ressaltou utilizar somente a familiar, já que tem o auxílio de sua esposa, de familiares e amigos próximos que se interessam pelas atividades agrícolas.

Entretanto, as atividades não agrícolas realizadas no interior da propriedade vem se fortalecendo em virtude dos investimentos que vem ocorrendo na adega administrada pela família (Foto 4) que, além de produzir o vinho artesanal, realiza a produção de massas caseiras, doces e pimenta em conservas e bagaceira artesanal, que favorecem para complementar o orçamento familiar.

De acordo com o entrevistado, a produção de vinho ainda é considerada um complemento da renda familiar, equivalendo entre 10 e 15% da renda total, ou seja, a renda obtida com as atividades agrícolas ainda se sobressai no computo geral. Sua produção é menos expressiva em termos de vinho, girando em torno de 2.000 litros por ano. Entretanto, mesmo com uma produção menos expressiva de vinho, a família também participa da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA. Outra renda não agrícola que também favorece para ser contabilizada no orçamento familiar é a aposentadoria do casal.

Na propriedade há também a presença de uma horta, como mostra a Foto 5, que se destina principalmente à produção de alface, a qual é comercializada com os comerciantes que têm de barracas próximas às rodovias.



Foto 4. Estrutura interna da adega da Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.



Foto 5. Horta na propriedade rural da família 4 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

Já a família 5 que possui sua propriedade rural localizada no Bairro Rural do Poste, a diversificação produtiva encontrada também é bastante expressiva, sendo que, o principal foco de produção são as frutas, tais como: uva, morango, acerola e poncã. A renda adquirida com as atividades agrícolas é utilizada para investimentos na propriedade e para a subsistência da família.

De acordo com o produtor entrevistado, na época do plantio e colheita dos produtos agrícolas, a mão de obra utilizada é familiar, principalmente por parte do irmão e de três (3) primos que auxiliam em todo processo, além disso, são contratados cinco (5) trabalhadores temporários. A família é considerada uma das que mais produzem uva na região. A comercialização dos seus produtos ocorre com a Ceasa do município de Jundiá.

A família também produz em larga escala o vinho artesanal na adega localizada na propriedade, sendo participante da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho –

AVA. A produção de vinho se iniciou para o consumo da própria família, porém, com o passar do tempo, as pessoas não pertencentes à família começaram a querer adquirir o vinho, favorecendo para aumentar a produção e a comercialização.

A adega foi fundada em 1991 e possui uma produção de 30.000 litros de vinho por ano. De acordo com o produtor rural entrevistado, a renda obtida com esta atividade não-agrícola é de suma importância para o orçamento familiar, pois, boa parte da renda é reservada para auxiliar a subsistência da filha que estuda em outro município. Além disso, a família também conta com a renda advinda da aposentadoria do casal, favorecendo para o orçamento familiar.

A esposa do entrevistado ressaltou que as rendas obtidas com as atividades desenvolvidas na propriedade rural são administradas da melhor maneira, pois devido à idade avançada do casal (69 anos a mulher e 73 anos o homem) a família acredita que a dedicação existente com as atividades agrícolas poderá entrar em declínio com o passar dos anos, favorecendo, assim, para uma maior importância das atividades não agrícolas, como por exemplo, os cuidados com adega.

Além da produção de vinho, a esposa ressaltou que também realiza a produção de pães caseiros, doces e geleias para a comercialização na adega. A produtora rural ainda enfatizou que vêm reservando algumas economias, pois a família possui um projeto de construção de um restaurante na propriedade rural, sendo que a filha auxiliaria nas atividades do restaurante, devido ao curso relacionado à culinária que está realizando. Enfim, são futuros projetos que fortaleceriam ainda mais o turismo rural na região, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, intensificação de atividades não agrícolas no meio rural e contabilizariam no orçamento familiar, garantindo sua reprodução social e da filha. A Foto 6 apresenta a colheita da uva para o transporte a Ceasa do município de Jundiaí.



Foto 6. Trabalhadores finalizando a colheita de uva para o transporte ao Ceasa do município de Jundiaí

Fonte: Família 5, 2018.

E, por fim, a última propriedade rural analisada foi a da família 6, localizada no Bairro Rural do Poste. Nesta propriedade rural, a aplicação de questionário ocorreu com uma das residentes na propriedade, pois o responsável não se encontrava no momento da pesquisa de campo.

De acordo com a entrevistada, a renda obtida com as atividades agrícolas

é a principal fonte de subsistência da família. A propriedade também apresenta diversificação produtiva, como o cultivo da uva, poncã, caqui e manga, além da própria importância da pecuária, já que a família possui criação de gado, cavalos e galinhas. Toda a produção agrícola é entregue ao Ceasa do município de Jundiáí.

A pesquisada ressaltou que há muito tempo a família do sogro desenvolve tais atividades, desde a imigração italiana para Jundiáí, sendo que toda a renda obtida através das atividades agrícolas é contabilizada para a subsistência da família, investimentos na propriedade e nas despesas pessoais.

Quando perguntada em relação à mão de obra utilizada na propriedade, a entrevistada respondeu ser somente familiar, sendo utilizada na época de plantio e colheita, ressaltando o auxílio do marido, do filho e do sogro (responsável pela propriedade), enquanto que a entrevistada e a sogra são responsáveis pelo embalamento e a seleção das frutas a serem comercializadas.

Entretanto, segundo a entrevistada, as principais atividades não-agrícolas desenvolvidas no interior da propriedade são a adega, representada pela Foto 7 e um pequeno pesque-pague, como se verifica na Foto 8. A produção de vinho artesanal é considerada um complemento da renda familiar, equivalendo de 10% a 20% da renda total. A família ainda realiza a produção de licor, cachaça e suco de uva e participa da Cooperativa Agrícola dos produtores de Vinho – AVA. Em relação ao pesque-pague, a entrevistada diz que foi uma ideia do responsável pela propriedade.

A entrevistada informou que a família estabeleceu um valor de R\$ 25,00 reais (por pessoa) para a pescaria e as pessoas que visitam a propriedade acabam se interessando, sendo assim, acabam adquirindo os produtos da adega e, conseqüentemente, aproveitam para tirar algumas horas de descanso no pesque-pague com a pescaria.

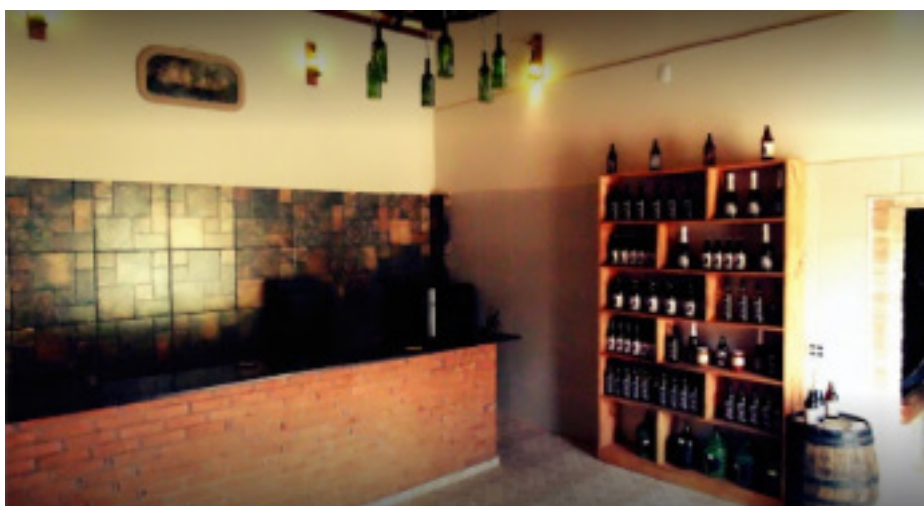


Foto 7. Adega da família 6 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.



Foto 8. Pesque-Pague da família 6 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a relação cidade-campo se alterou ao longo do tempo, atualmente prevalece a complementaridade entre esses espaços, a vida da cidade penetra na vida do campo, favorecendo para o surgimento de novas formas de trabalho, de produção, além de promover o surgimento de estabelecimentos voltados ao setor da indústria, comércio e serviços nos espaços rurais.

Nesse sentido, com esses elementos ressaltados, que foi possível observar que as atividades não-agrícolas desenvolvidas fora e no interior das propriedades vem se fortalecendo nos Bairros Rurais pesquisados, favorecendo de forma expressiva para o desenvolvimento da pluriatividade das famílias, sem ocorrer o abandono da agricultura. Ou seja, se verificou que as atividades não agrícolas são importantes justamente por conta da relevância da agricultura.

Nas famílias rurais em que os filhos residem na propriedade rural, como por exemplo nas famílias 1 e 6, estes optam por trabalhar fora da propriedade rural, no setor industrial e de serviços, sendo que o orçamento é computado na renda familiar, porém prevalece sua ligação com o campo, no qual residem e auxiliam nas atividades agrícolas dos progenitores.

Foi possível constatar que em todas as propriedades rurais analisadas, as famílias optaram pelo desenvolvimento das atividades não-agrícolas no interior da propriedade, como por exemplo, o pesque-pague e as adegas, sendo que as famílias rurais passam a produzir, processar e transformar parte da sua produção de uva visando à comercialização, promovendo assim, uma nova modalidade de trabalho na própria propriedade, assim como no caso da construção do pesque-pague que proporciona uma nova modalidade de turismo como forma de completar a renda familiar, caracterizando a pluriatividade.

Portanto, procurou-se compreender a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas como uma noção que permite apreender as características do espaço rural no período atual e, sobretudo, no contexto regional pesquisado: um exercício teórico que permite examinar as mudanças ocorridas na agricultura e, por

isso, uma noção diversificada que torna apropriado compreender as modificações ocorridas nas estruturas familiares rurais. Certamente, tanto a pluriatividade como o desenvolvimento das atividades não-agrícolas revelam as especificidades do “mundo rural atual”, por consequência, suas mudanças e suas adaptações diante das acelerações do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIA

CUNHA, A. R. A. A. Dinâmica da agricultura familiar na Bacia do Suaçuí. Belo Horizonte: **Instituto Lumen**. Pucminas, 1998. p. 383-398.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP: 1996. cap. 1, p. 1-40.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. Disponível em <

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **EGUFPEL**, p. 11- 44, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VERDI, A. R. et al. **Revitalização da cadeia vitinícola paulista: competitividade, governança e sustentabilidade**. São Paulo: FAPESP, 2010 (Relatório FAPESP). Mimeografado.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia-"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

